



Caó: cinco anos para racistas

128

Lobbies trabalharão contra

Dos 29 projetos de lei que foram vetados pelo presidente José Sarney, 14 estão merecendo um lobby ostensivo junto aos parlamentares, já que tratam de gratificações e aumentos na remuneração dos integrantes do Poder Judiciário. Para compensar a incidência de Imposto de Renda no total da renumeração (salário fixo + gratificação) de juízes e ministros de tribunais, o Congresso Nacional aprovou, no final do ano passado, um aumento superior a 100% que assegurava, à época, aos juízes, salário de aproximadamente Cz\$ 8 milhões (o equivalente a oito mil cruzados novos).

Para o Congresso, no entanto, o veto de maior importância política é o que trata do valor do novo salário mínimo. Para adequar o mínimo às exigências constitucionais, os parlamentares decidiram que a partir de dezembro passado o seu valor seria de Cz\$ 64.020,00 (o equivalente a NCz\$ 64,02). O pre-

sidente José Sarney, decidiu vetar o projeto integralmente. Assim, o mínimo continua obedecendo valores estipulados pela equipe econômica do Palácio do Planalto, sob a orientação da Secretaria de Empregos e Salários do Ministério do Trabalho.

Para que o Congresso consiga cumprir a nova Constituição, que lhe dá a competência para determinar o cálculo do novo salário mínimo, é necessário que o veto do presidente José Sarney seja derrubado pela maioria absoluta dos senadores e deputados.

Racismo

O Congresso tem ainda na pauta dos vetos presidenciais o projeto de lei do deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ) que determina as punições para os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, que na nova Constituição são inafiançáveis. As penas, no projeto, variavam de seis meses a cinco anos de detenção e, apesar de já ser o início da regulamentação da

Constituição, o presidente Sarney acabou vetando-o parcialmente.

A instituição das Fundações Universidade Federal do Planalto do Araxá (MG) e em Gurupi (TO) também não mereceram a aprovação por parte do presidente. Recém-instalado, o Estado do Tocantins terá que aguardar por mais um tempo a sua Universidade Federal. A "Lei Sarney" do desporto amador também foi vetada totalmente pelo presidente. Este projeto concedia benefícios fiscais a quem oferecesse incentivos financeiros ao desporto.

Por discordar da redução feita no Congresso do pagamento das dívidas dos Estados, o presidente Sarney vetou parcialmente o Orçamento da União previsto para este ano. A medida suspende temporariamente a execução de programas governamentais como a distribuição da merenda escolar, já que a liberação destas verbas está proibida até que o Congresso tome uma decisão sobre o voto. (C.K)